

FALTAM LIVROS NAS PRATELEIRAS: A PRESENÇA DE DICIONÁRIOS ESCOLARES NAS ESCOLAS DE CODÓ-MA

Maria Ednalva Lima e Silva (1); Raimunda Nonata dos Santos Ferreira (2); Alzineide Costa Guimarães (3); Sandra Regina Gomes Bonfim (4); Luís Henrique Serra (5)

(1) Universidade Federal do Maranhão – Campus VII, ednalvalima100@hotmail.com

(2) Universidade Federal do Maranhão – campus VII, raymunda.ferreira@gmail.com

(3) Universidade Federal do Maranhão – campus VII, alzineideguimaraes@hotmail.com

(4) Universidade Federal do Maranhão – campus VII, sandraregbonfim@gmail.com

(5) Universidade Federal do Maranhão – campus VII, luis.ufma@gmail.com

RESUMO: O artigo visa apresentar uma pesquisa realizada em dois bairros do município de Codó-Ma, bairro São Francisco e São Raimundo, sobre a situação dos acervos das escolas públicas do município, se as escolas realmente possuem os dicionários do programa PNLD-Dicionários, que são avaliados e distribuídos por séries, para escolas públicas no Brasil. Este trabalho é parte das pesquisas e dos resultados do Grupo de Investigações do Ensino de Língua Portuguesa – GIELP, projeto de pesquisa do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, campus VII, Codó. A pesquisa se deu por meio de visitas às escolas dos bairros, assim como por meio de conversas com as professoras, diretores. O trabalho está baseado em autores que abordem a temática do ensino de língua portuguesa e do dicionário escolar, como Krieger (2012), Serra (2016), Silva; Brandão e Serra (2016), Ferreira; Bonfim e Serra (2016), Rangel (2011), Brasil (2012), Brangel (2013). Cumpre notar que a inclusão dos dicionários escolares no Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, em 2001, trouxe uma visibilidade às discussões que defendem o uso do dicionário em sala de aula, tanto de língua materna como estrangeira. Dessa forma, com esse acréscimo do dicionário ao programa de distribuição de livros didáticos, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) reconhece o valor pedagógico do dicionário e que esse deve ser utilizado pelo professor como recurso, principalmente nas aulas de língua portuguesa, mas, não só nelas, para que os alunos possam ter uma ferramenta para elaborar textos coerentes e terem menor dificuldade com a leitura e com a escrita, promovendo atividades em sala de aula que visem o enriquecimento do vocabulário. A pesquisa mostra que, dentre as sete escolas pesquisadas, apenas três possuem bibliotecas, dentre essas escolas que tem biblioteca, uma não possui nenhum tipo de dicionário; por outro lado, quatro das escolas pesquisadas não possuem bibliotecas, mas, todas as quatro possuem algum dicionário, muito embora, alguns sejam inadequados para as primeiras séries do ensino fundamental, de acordo com os critérios elencados pelo MEC.

Palavras-Chaves: Dicionários, Escolas Públicas, Ensino de Língua Materna.

INTRODUÇÃO

Este texto visa apresentar uma pesquisa realizada pelo grupo GIELP – Grupo de Investigação do Ensino de Língua Portuguesa –, por meio do projeto *O Dicionário em Sala de Aula como ferramenta de leitura e de escrita, no município de Codó-Ma*. O GIELP é um grupo que reúne alunos e professores pesquisadores da área do ensino de língua portuguesa do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, campus VII, Codó. A pesquisa aqui apresentada consiste em registrar a presença de dicionários escolares nas escolas públicas da cidade de Codó, Maranhão, cidade localizada ao Leste do Maranhão, na região dos Cocais Maranhenses.

Percebendo a necessidade de resolver problemas com a leitura e com a escrita dos alunos da educação básica, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), desde 2001, ampliou o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para que ele atendesse a distribuição de dicionários, criando, assim, um campo no PNLD que fosse específico para avaliar dicionários escolares, o Programa Nacional do Livro Didático – dicionários (PNLD-dicionários).

Os dicionários passaram a ser inseridos no PNLD a partir de 2001, quando se iniciam as discussões acerca da importância do dicionário como uma ferramenta didática. Uma outra situação que auxiliou na mudança da compreensão do dicionário como uma ferramenta didática foi a necessidade de se melhorar o ensino de língua materna no país, ampliando o material didático das escolas. Os dicionários distribuídos no início do programa eram os minidicionários, que, à época, eram compreendidos como dicionários escolares, que tinham um só formato para todas as séries da educação básica, não havendo nenhuma diferença entre os seus usuários ou algum outro requisito para a diferença entre esses dicionários tidos como escolares (KRIEGER, 2006).

A modificação do programa aconteceu a partir de 2005, quando houve uma reformulação no PNLD e os dicionários passaram por profundas reformulações que passaram a ser adaptadas ao nível de ensino dos alunos. Consequentemente, a política de distribuição de dicionários também é reformulada, de maneira que priorizava a utilização do material em sala de aula. Assim, em vez de entregar uma obra para cada aluno, o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) fornece acervos de dicionários a todas as escolas públicas de 1^a a 8^a séries do ensino fundamental, ou seja, os dicionários passam a ficar nas escolas, não entregue mais aos alunos como permanentes exclusivos. As obras também passam a ser adaptadas ao nível de ensino do aluno.

Nesse sentido, os dicionários foram organizados em quatro tipos, destinados a cada etapa do ensino, selecionando diferentes dicionários escolares disponíveis no mercado, que deveriam passar por um criterioso processo coordenado pela Faculdade de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA). De acordo com a reformulação feita pelo programa PNLD-Dicionários (BRASIL, 2012), cada um dos dicionários escolares deveria se adequar a séries específicas e deveria apresentar determinadas características, destinadas a diferentes etapas de ensino. Desse modo, os dicionários escolares passaram a ser classificados a partir de uma tipologia própria (tipos 1 a 4) relacionadas aos diferentes anos do ensino fundamental.

Tipo 1 — para o 1º ano do EF;

Tipo 2 — para o período entre o 2º e o 5º ano do EF;

Tipo 3 — para o segundo segmento do EF;

Tipo 4 — para o EM.

Considerando a tipologia e a seleção do último PNLD-Dicionários, que devem ser distribuídos em todas as escolas brasileiras, de acordo com as diretrizes do programa, foram feitas visitas às escolas de dois bairros do município de Codó, Maranhão, e buscamos constatar quais obras selecionadas pelo programa governamental as escolas do município de Codó possuem e se essas obras estão de acordo com as etapas de ensino, como foram divididos os tipos de dicionários escolares pelo PNLD-dicionário. Neste artigo, trazemos algumas informações sobre a situação do programa no município de Codó, Maranhão.

OS DICIONÁRIOS ESCOLARES: ALGUMAS OBSERVAÇÕES

Que tipo de livro é, exatamente, o dicionário? Para que serve? Por que motivo dos dicionários se tornaram objetivos de políticas públicas em educação?, segundo Rangel (2011), essas são perguntas que podem parecer óbvias, no entanto, não são tão fáceis de se responder, e se confrontarmos diferentes respostas, podemos ver que, “essas perguntas aparecem em contextos históricos e sociais diferentes, podendo dar origem a definições e teorizações muito diversas” (RANGEL, 2011, 37-38). Ainda de acordo com o autor, “muito sucintamente, as políticas públicas se originaram para atender a grandes demandas populacionais, em esferas da vida social como trabalho, a saúde, a educação, a cultura etc.” (p. 39). Nesse sentido, o PNLD, uma das políticas públicas, com sua “atual avaliação, iniciada em 1996, parece ter cristalizado a opção pelo manual”, para uso do professor em sala

de aula, o livro didático (p. 41), passando também a avaliar os dicionários, “incluídos no PNLD como primeiro movimento de sua expansão, atualmente direcionada também para materiais complementares” junto ao livro didático (RANGEL, 2011).

Segundo Auroux apud Pontes (2009, p. 24),

O dicionário (ao lado da gramática) como tecnologia, descreve e instrumentaliza uma língua e, ainda hoje, é considerado um os pilares de nosso saber metalinguístico. Por isso é fundamental que os estudos relativos ao dicionário sejam levados a efeito urgentemente, e que o dicionário seja reconhecido como um objeto multifacetado, de que resultam várias formas de examiná-lo sob várias perspectivas ou, parafraseando Gepí Arroyo (2000), um dicionário é, por natureza, produto poliédrico, porque são múltiplos os pontos de vista sob os quais se pode descrevê-lo. Por exemplo um dicionário, um dicionário pode ser concebido como produto histórico, ideológico, temporal, social, institucional, comercial, pedagógico e linguístico, sobretudo.

Pontes (2009 p.25) afirma que “o didatismo do dicionário faz que este seja um instrumento pedagógico da maior importância, desde que cumpra convenientemente suas funções, entre tantas”, como uma das funções a “de auxiliar o aluno no desenvolvimento de habilidades de leitura, escrita e comunicação oral, assim também como o enriquecimento do vocabulário. Cabe também salientar, ainda, que uma concepção moderna de dicionário escolar combina um duplo caráter para atender às necessidade do usuário: por um lado, deve caracterizar-se como normativo e, por outro, deve caracterizar-se como descritivo (PONTES, 2009), ou seja, por um lado ele normaliza o que é e como se utiliza o vocabulário de uma língua e, por outro lado, deve ser abrangente de um modo que alcance o maior número de palavras utilizadas pelos falantes e tem que se atualizar o mais rápido possível, tendo como base os textos que circulem no cotidiano dos usuário a que ele se destina.

Quando se pensa na estrutura de um dicionário, segundo Krieger (2012, p. 27), “Basicamente, todo dicionário de língua constitui-se de duas grandes partes: a macroestrutura e a microestrutura”, a macroestrutura organiza-se em torno de três partes principais: as páginas iniciais da obra, apresentação, instruções de uso, listas e abreviaturas, o corpo propriamente dito do dicionário e suas as páginas finais (PONTES, 2009; KRIEGER, 2012).

Pontes (2009, p. 95) explica que a microestrutura é “um conjunto de informações referentes às unidades léxicas”. A microestrutura de um dicionário, ou um verbete de um dicionário, geralmente, é composta por palavra-entrada, ou a palavra da qual o verbete trata, seguida de um enunciado explicativo que compreende as informações gramaticais sobre a definição da palavra-entrada. Notas, etimologia e figuras podem aparecer, tendo em vista que são informações adicionais e que os modelos de microestrutura

dependem da necessidade e da característica do público-alvo do dicionário. Com isso, percebe-se que tanto a macroestrutura quanto a microestrutura são importantes na classificação dos dicionários e, a partir dessa classificação e das informações contidas nos dicionários, eles são utilizados como instrumentos de apoio ao ensino da língua portuguesa, auxiliando os alunos principalmente na produção textual.

Tendo em vista que o dicionário escolar é um dicionário específico para o uso escolar, tendo como principal característica informações enciclopédicas e gramaticais para que o aluno possa aproveitar as informações contidas no dicionário tanto para questões linguísticas como para questões das outras matérias do currículo escolar. O dicionário escolar, portanto, tem uma interface arranjada para o público infantil e jovem e, a depender da série a que ele se destina, pode ter uma interface muito diferente do dicionário clássico. Um exemplo disso é o dicionário tipo 1, que mais parece um livro de figura do que um dicionário em si. O dicionário desse tipo geralmente é conhecido como livro de palavras.

O PNLD-dicionário, como afirmamos anteriormente, é um programa de distribuição de dicionários a todas as escolas do País, assim como acontece com os livros didáticos. O programa deve assegurar a avaliação e a qualidade dos dicionários que chegam as escolas, garantindo que ele tenha recursos didáticos suficientes para as salas de aula, além de garantir que esses dicionários cheguem em todas as escolas do município do País, além de políticas para o uso adequado dos dicionários distribuídos.

METODOLOGIA

A pesquisa se deu pelos seguintes passos metodológicos: observação de campo, visita aos acervos escolares, assim também como uma entrevista com os professores e gestores das escolas sobre os usos dos dicionários; outra pesquisa feita para este trabalho foi bibliográfica, que buscou trabalho de pesquisadores e documentos oficiais que discorram sobre temática do dicionário como uma ferramenta didática e o dicionário no contexto de sala de aula, como Krieger (2012), Serra (2016), Rangel (2011) e Brasil (2012).

A pesquisa de campo foi feita por meio de visitas às escolas do município de Codó-MA. Foram visitadas sete escolas do município:

- (i) Duas escolas do bairro São Raimundo: Escola Renê Bayma e Escola Henrique Figueiredo;
- (ii) No bairro São Francisco, foram visitadas cinco escolas sendo, Escola Municipal Modelo Remy Archer, Escola Municipal

São Francisco, Escola Maria Alice Machado, Escola São Tarcísio e Escola Municipal René Bayma.

Apenas em uma das escolas visitadas foi possível encontrar turmas do ensino médio, que foi a escola do bairro São Francisco, René Bayma. Esses bairros foram selecionados por terem a maioria das escolas do município e, grande parte dos alunos do município estão matriculados em escolas desses bairros.

RESULTADOS E DISCURSÕES

Uma linha de estudos sobre o dicionário e que tem sido levada a cabo em Codó pelo GIELP são as pesquisas que visam observar a presença dos dicionários do Programa Nacional Do Livro Didático, distribuídos como material didático nas escolas públicas, nas escolas de Codó. Por exemplo, apresentamos, a seguir, uma pesquisa nas escolas públicas do ensino fundamental de dois bairros da cidade de Codó, no bairro São Francisco e no bairro São Raimundo, com os gestores dessas escolas, com o objetivo de saber se as mesmas possuem dicionários, mais precisamente, saber se os professores dessas escolas da rede pública trabalham com o dicionário em sala de aula. A pesquisa tem mostrado que muitos dos dicionários utilizados nessas escolas, e que são enviados pelo Ministério da Educação – MEC, apresentam recursos didáticos importantes para as atividades de leitura e produção textual com os alunos, no entanto, há muito desconhecimento e despreparo da escola e dos professores para o uso do dicionário nas aulas de português no sentido de aproveitar os recursos didáticos do dicionário. Apresentamos, a seguir, um conjunto de informações colhidas nas escolas do bairro São Francisco e São Sebastião.

- **Escola Municipal Modelo Remy Archer**, bairro São Benedito com alunos do sexto ao nono ano do fundamental. A escola possui uma biblioteca com umas variedades de livros infantis, tem uma estante com diversos dicionários infantis ilustrados, como os dicionários infantis do Aurélio, Caudas Aulete, e também dicionários de inglês, todos selecionados pelo PNLD-Dicionários. A biblioteca da escola é aberta para os alunos e professores e os dicionários estão disponíveis a todos da escola. Além dos dicionários monolíngues, portugueses, encontramos também dicionários bilíngues, inglês e português, e uma variedades de dicionários infantis ilustrados. As figuras, a seguir, ilustram a situação da escola.



Figura 1 e 2. Dicionários na escola modelo Remy Acher

Fonte: própria

- **Escola Municipal São Francisco:** escola do bairro São Francisco, atende alunos do segundo ao quinto ano. A escola não possui biblioteca, tendo apenas quatro dicionários não enquadrados dentro do programa PNLD-dicionários. A gestora da escola relatou jamais ter recebido dicionários junto aos livros didáticos vindo pelo PNLD, recebendo apenas os livros didáticos. Na escola, porém, existe um espaço da biblioteca que é um ambiente calmo e tranquilo, apesar de ser pequeno é bem organizado, e tem uma variedade de livros infantis para que os alunos possam ter várias opções de escolha, o que é denominada de sala de leitura.
- **Escola Maria Alice Machado:** escola do bairro São Francisco, atende alunos do segundo ao quinto ano. A escola possui uma biblioteca, aberta aos alunos e professores, que tem dicionários infantis ilustrados do tipo 1 e do tipo 3, dos tipos de dicionários selecionados pelo MEC. O espaço da biblioteca é amplo e com uma parede com bastantes estantes, cheias de livros.
- **Escola São Tarcísio,** escola do bairro São Francisco, atendendo alunos dos níveis I, II e III maternal ao quinto ano do fundamental. A escola não tem biblioteca, porém, tem dicionários, já bem desgastado e que não foram selecionados pelo PNLD-Dicionários.

- **Escola Municipal René Bayma**, do bairro São Francisco, recebe alunos do 1ª ano ao 3º ano do ensino médio. A escola possui uma biblioteca em aberto para os alunos e professores, com umas variedades de livros, porém, não tem dicionários para o ensino médio avaliados pelo PNLD-dicionários.
- **Escola René Bayma**, do Bairro São Raimundo, recebe alunos do 1º ao 5º anos. Na escola, não existe biblioteca, os dicionários ficam guardados dentro da sala de gestora. Os dicionários são Aurélio de Língua Portuguesa e alguns dicionários de língua inglesa, encontramos também dicionários ilustrados dentre os dicionários dessa escola. De acordo com as informações prestadas pela gestão da escola, os poucos dicionários que a escola possui, os alunos não podem levar para casa, podendo apenas ser utilizado na sala de aula sob a supervisão dos professores, sendo utilizados, principalmente, nas aulas de português e também nas aulas de história, geografia e ciências, com o objetivo de os alunos compreenderem o significado das palavras, segundo as professoras e a diretora que conversamos. Ainda de acordo com os professores e a gestora, eles usam o dicionário ilustrado com seus alunos, pois, nem todos os alunos do 4º e 5º sabem ler e escrever.
- **Escola Henrique Figueiredo**, Bairro São Raimundo, a escola oferece atendimento a alunos do 4º ao 9º ano. Na escola, não existe biblioteca e os dicionários ficam na sala da gestora e existem, aproximadamente, 10 às 12 exemplares dos dicionários enviados pelo MEC, pois já fazem três anos que o ministério não envia dicionários para a escola, de acordo com a gestora. Dos exemplares existentes, alguns estão bem danificados, apresentando rasuras e rasgos. Dos dicionários avaliados pelo PNLD-dicionários encontrados na escola, encontramos apenas os de tipo 3 próprios para as séries finais do ensino fundamental, como o dicionário Academia Brasileira de Letras (Ivanildo Bechara). Outros minidicionários foram encontrados na escola, como o dicionário Saraiva, não encontramos dicionários infantis. Muito embora a escola não possua biblioteca e os dicionários fiquem na sala da gestora, de acordo com a diretora, os alunos têm acesso, podendo, inclusive, levar para casa para fazer pesquisas. De acordo com os relatos colhidos nessa escola, os alunos do turno da manhã, quarto e quinto ano, não

possuem os mesmos privilégios, que os do sexto e nono ano. Quando questionamos o porquê dessa diferença, a gestora explicou que a escola não dispõe de dicionários próprios para os alunos do quarto e quinto ano, até pelo fato de a maioria não saber ler e nem escrever. Desse modo, para a gestora, não teria lógica os professores utilizarem os dicionários próprios para os anos finais em uma turma de crianças analfabetas. A direção também relatou desinteresse por parte dos professores para usar os dicionários com os alunos.

De um modo geral, os dicionários mais presentes nas escolas são os dicionários infantis ilustrados, tipo 1, para alfabetização, muito utilizado pelos professores com alunos do 5º ano, por esses alunos apresentarem, geralmente, dificuldades de leitura e escrita. Esses são dicionários para alunos que já tem algum domínio com a escrita e com a leitura e ajudam no desenvolvimento vocabular, tendo em vista que sua microestrutura é mais simples e apresenta algumas informações enciclopédicas.



Figura 2 – dicionários escolares encontrados nas escolas de Codó

Fonte: própria

Além desses dicionários avaliados pelo PNLD-dicionáriosAssim também, foi possível encontrar dicionários inadequados para uso escolar, nas escolas que oferecem o ensino fundamental II ou a alfabetização, que são minidicionários que não são escolares e nem foram aprovados pelo Programa de distribuição de material didático. Geralmente, esses são materiais adquiridos pela própria escola ou são distribuídos pela prefeitura do município.

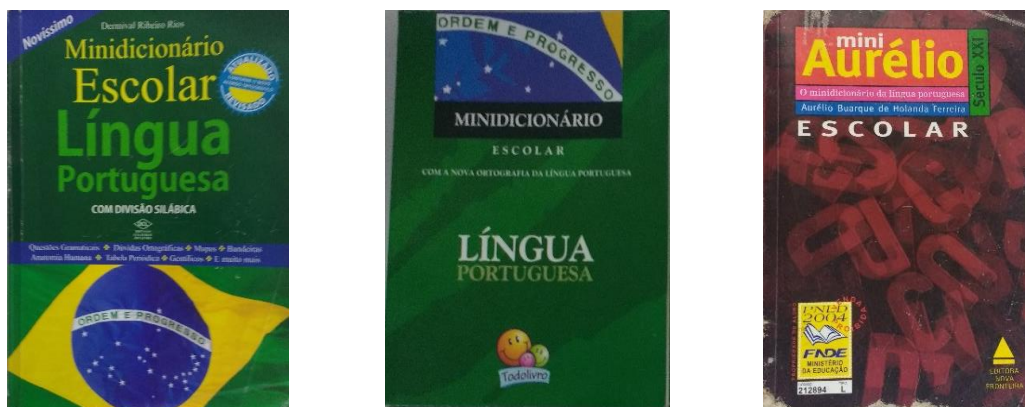


Figura 3 – minidicionários encontrados nas escolas de Codó

Fonte: própria

Como se observa ao longo da investigação resumidamente apresentada neste artigo, a política de distribuição de dicionários escolares no Brasil não atendeu a todas as escolas do município de Codó, além de, em algumas que foram atendidas, foi possível constatar que esse material já está desgastado e impróprio para o uso. Outra questão bastante difícil para essa política é o analfabetismo, que ainda é muito forte no município. Embora existam dicionários próprios para auxiliar no analfabetismo, não foram encontrados materiais para essa fase de ensino nas escolas avaliadas. A política de uso do dicionário ainda é bastante restrita, tendo em vista que os alunos quando têm dicionário em sua escola, não podem levar para casa e deve ser feito sempre sob a supervisão de um adulto. Isso mostra a pouca familiaridade que o estudante brasileiro tem com o livro e com o material impresso. Outro grande problema constatado é a quase inexistência de professores interessados no uso do dicionário no espaço de sala de aula. Isso deve, possivelmente, pela própria formação desses professores e por sua perspectiva de ensino.

Essas ausências são uma restrição que impedem o desenvolvimento da leitura e da escrita desses alunos, tendo em vista que o dicionário pode ser uma importante ferramenta para o ensino de leitura e de escrita na sala de aula, bastando apenas que o professor saiba explorar seu potencial pedagógico.

ALGUMAS ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O DICIONÁRIO NA SALA DE AULA DE CODÓ

Com a pesquisa sobre o dicionário escolar em Codó é possível observar a realidade do uso do dicionário escolar na cidade de Codó, além de mostrar também a realidade do ensino de português no município, um dos focos do GIELP. Quanto a realidade do dicionário na educação básica, constatamos que ainda é preciso muito trabalho para que o dicionário como uma ferramenta didática possa se realizar nas escolas de Codó, tendo em vista que a realidade do

programa de distribuição dos dicionários nas escolas ainda apresenta problemas como escolas que possuem dicionário mas que não são adequados para as séries que oferecem. Outra realidade preocupante é contatar que muitas das escolas investigadas não têm biblioteca, o que é um problema grave que distancia o aluno do mundo da leitura e da escrita. Essa ausência da biblioteca, talvez, seja um sinal da distância da realidade de crianças alfabetizadas nas escolas do município.

Cumpra lembrar que a presença dos dicionários nas escolas é uma política que se apresenta como sendo de suma importância para o aprendizado da leitura e da escrita dos alunos, lembrando sempre da necessidade que os usuários, que são um elemento essencial para definir os diversos tipos de dicionários, têm. No entanto, acima de tudo, é importante considerar que mais do que distribuir dicionário sem critério, é importante que os gestores políticos e educacionais considerem as diferentes características do dicionário, atentando para as necessidades dos usuários, as séries e a capacidade de leitura dos alunos.

Finalizamos esperando que cada vez mais as escolas brasileiras possam adotar o dicionário como uma ferramenta didática que tem muito a oferecer para o desenvolvimento de diversas competências dos nossos alunos. Enquanto ele for entendido como uma simples ferramenta de busca, estaremos reduzindo, em muito, o potencial desse material.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Com direito à palavra: dicionários em sala de aula**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2012.
- KRIEGER, Maria da Graça. **Dicionário em sala de aula: guia de estudos e exercícios**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.
- KRIEGER, Maria da Graça. Políticas públicas e dicionários para escola: o programa nacional do livro didático e seu impacto sobre a lexicografia didática. **Políticas públicas e dicionários para escola**. 2006.
- PONTES, A. L. **Dicionários escolares: o que é, como se faz**. Fortaleza: EDUECE, 2009.
- RANGEL, Egon de Oliveira. Dicionários escolares e políticas públicas em educação: a relevância da “ proposta lexicográfica”. In: CARVALHO, Orlene Lúcia de Sabóia; BAGNO, Marcos (Orgs.). **Dicionários escolares: políticas, formas e usos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. 37-60 p. (Série Estratégias de ensino, 22).
- SILVA, Maria Ednalva Lima; BRANDÃO, Maria Mary Salazar Nogueira; SERRA, Luís H. Dicionários para produção textual: investigando os dicionários utilizados em uma escola da educação básica do município de Codó-Ma. In: VII FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA: Educação em/para os direitos humanos, diversidade, ética e cidadania. 2016, Imperatriz (Maranhão). **Anais...** Campinas: Realize, 2016.
- SILVA, Maria Ednalva Lima; FERREIRA, Raimunda Nonata dos Santos; GUIMARÃES, Alzineide Costa; SERRA, Luís Henrique. A história do dicionário e sua inclusão como material didático nas aulas de língua portuguesa. In: X ENCONTRO MARANHENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. História do Ensino Secundário no Brasil: fazeres pedagógicos e perspectivas. São Luís – Ma. **Anais...** São Luís: EDUFMA. p. 1-13. 2017.